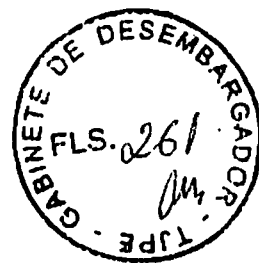




027



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº 0109547-6 – Comarca do Recife

Apelante: Silvio Ronaldo Pereira de Barros

Apelado: Estado de Pernambuco

5526

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO DO PRÓPRIO DIREITO DE AÇÃO. REJEITADA POR UNANIMIDADE. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. SUFICIÊNCIA DE PROVA. MATÉRIA DE DIREITO. PROCEDIMENTO DISCIPLINAR PROMOVIDO EM OBEDIÊNCIA AOS TERMOS LEGAIS. INOCORRÊNCIA DE AFRONTA AOS PRECEITOS CONSTITUCIONAIS. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS PARA TER COMO IMPROCEDENTE A AÇÃO PROPOSTA. DECISÃO UNÂNIME.

1 - Rejeitada a preliminar suscitada de prescrição do próprio fundo de direito, uma vez que o ato de licenciamento foi publicado em 25 de março de 1993 (fls.17), tendo o processo sido distribuído em 23 de março de 1998, portanto, dentro dos cinco anos que dispõe a parte para exercer seu direito de ação em face da Fazenda Pública.

2 - Sendo a matéria de direito e presentes as provas necessárias a formação da convicção do juiz, correto o julgamento antecipado da lide;

3 - Preservados no procedimento administrativo disciplinar, os princípios do contraditório e da ampla defesa, não restando a sindicância instaurada, como eivada de vício formal;

4 - As provas contidas nos autos, especialmente a cópia integral do processo administrativo, afastam a alegação de cerceamento de defesa sustentada na causa de pedir da demanda proposta.

5 - Sentença monocrática mantida, pedido improcedente, confirmando-se os termos da hostilizada decisão de licenciamento *ex officio*.

6 - Decisão unânime.



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL



ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Apelação Cível nº 0109547-6, em que figuram como apelante Silvio Ronaldo Pereira de Barros e como apelado o Estado de Pernambuco.

ACORDAM os Desembargadores que integram a Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, a unanimidade de votos, em conhecer o recurso acima descrito, mantendo todos os termos da decisão proferida, julgando-o improvido, tudo na conformidade do Voto e as Notas Taquigráficas que integram este julgado.

Recife, 20 de janeiro de 2010.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº 0109547-6 -- Comarca do Recife

Apelante: Silvio Ronaldo Pereira de Barros

Apelado: Estado de Pernambuco

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de apelação em face de sentença que, nos autos da Ação de Nulidade de Ato Administrativo nº 528, julgando improcedente o pedido feito na exordial, decretou válido o ato de licenciamento do ora apelante e mantendo incólume o ato que o excluiu das fileiras da Polícia Militar do Estado de Pernambuco, e deixou de condenar o apelante em honorários.

Em suas razões recusais às fls. 168/172, alega o apelante que não houve o devido processo legal, o que fere mortalmente a Carta Magna vigente, pleiteando também a sua reintegração e a indenização com todos os conseqüentes jurídicos pedidos na inicial, inclusive danos morais.

Em suas contrarrazões, o Estado apelado, às fls. 175/193, pugna pela manutenção da sentença vergastada, e alega a prescrição do próprio fundo de direito, e se ultrapassada esta preliminar, argumenta que a sentença se adequa aos comandos insculpidos na legislação específica que rege os policiais militares.

A Douta Procuradoria de Justiça, em seu parecer de fls. 204/207, opinou pelo improvimento do recurso.

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 11 de novembro de 2009.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



030



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

OITAVA CÂMARA CÍVEL 10.12.09
APELAÇÃO CÍVEL Nº 109547-6 : RECIFE
APELANTE : SÍLVIO RONALDO PEREIRA DE BARROS
APELADO : ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR : DESEMBARGADOR JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES
REVISOR : DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

RELATÓRIO

(Consta às fls. 253 dos autos).

VOTO DO RELATOR

PRELIMINAR – de prescrição

Eu afasto essa preliminar, Sr. Presidente.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (PRESIDENTE E REVISOR)

Primeiramente, rejeito a preliminar de prescrição, uma vez que o ato de licenciamento foi publicado em 25 de março de 1993 (fls. 17), tendo o processo sido distribuído em 23 de março de 1998, portanto, dentro dos cinco anos que dispõe a parte para exercer seu direito de ação em face da Fazenda Pública.

DECISÃO

“À UNANIMIDADE DE VOTOS, AFASTOU-SE A PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO”.

VOTO DO RELATOR

MÉRITO

(Os votos de mérito do Relator e Revisor seguem em anexo).



031

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº 0109547-6 – Comarca do Recife

Apelante: Silvio Ronaldo Pereira de Barros

Apelado: Estado de Pernambuco

VOTO

PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO

De início, acompanho o entendimento lançado pelo representante ministerial quanto a prescrição do direito de ação, bastando afirmar que o licenciamento foi publicado em 25 de março de 1993 (doc. Fls. 17), e o processo foi interposto em 23 de março de 1998, logo, evidente sua tempestividade.

MÉRITO

No mérito, depreende-se dos presentes autos que o ora apelante ingressou como praça nas fileiras da Polícia Militar do Estado de Pernambuco em 17 de dezembro de 1986, tendo sido licenciado *ex officio*, a bem da disciplina, no dia 25 de março 1993 pelo Comandante Geral da Polícia Militar, conforme ato publicado no Boletim Geral da Corporação Castrense acostado às fls. 17, vez que contava apenas com 6 (seis) anos de efetivo exercício e, portanto, não gozava ainda da estabilidade, que, nos termos do art. 49, inciso IV, alínea "a" da Lei nº 6.783/74 (Estatuto dos Policiais Militares de Pernambuco), só é adquirida aos 10 (dez anos) de serviço público efetivo.

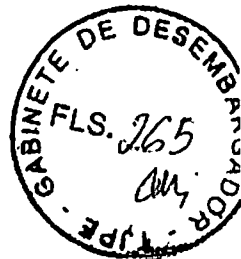
Como cediço, a distinção entre policiais militares estáveis e não-estáveis operada pelo sobredito Estatuto dos Policiais Militares reside, principalmente, no que se refere às formalidades a serem observadas pelo Administrador para fins de desligamento compulsório dos mesmos dos quadros da corporação, senão vejamos o que dispõe o art. 109, §2º, "c", da referida Lei:

Art. 109 – O licenciamento do serviço ativo, aplicado somente aos praças, se efetua:

(...)

01 – ApC nº 0109547-6

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.230 – Fone: (081) 3419-3726.



032

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

§2º - O licenciamento "ex-officio" será feito na forma da legislação peculiar:

(...)

c) a bem da disciplina.

Como visto, a aplicação da penalidade de licenciamento de ofício ao militar não-estável não requer maiores procedimentos, sendo necessária apenas uma análise sumária das fichas disciplinares dos praças para que a administração os afaste do serviço, de acordo com os critérios de conveniência e oportunidade e com base em simples sindicância sumária, a qual, nos moldes do estatuto, prescinde de contraditório e ampla defesa.

Todavia, não obstante as supracitadas previsões infraconstitucionais, impende ressaltar que, com esteio no que preceitua o art. 5º, LV, da Carta Magna de 1988, tem prevalecido nos Tribunais Superiores o entendimento de que somente se afigura válido o ato administrativo punitivo quando assegurado ao acusado, em processo administrativo, o contraditório e a ampla defesa, vejamos:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. MILITAR. NÃO-ESTÁVEL. LICENCIAMENTO. AMPLA DEFESA. 1. Policial militar do Estado de Santa Catarina não-estável. Licenciado da corporação a bem da disciplina. Alegação de ofensa aos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal. 2. Segundo a jurisprudência desta Suprema Corte, o desligamento de militar, ainda que não-estável, pressupõe defesa e contraditório prévios. Precedente: RE 339.989, rel. Min. Carlos Velloso, DJ de 19.12.2002. 3. Entretanto, conforme ficou assentado na instância de origem, a licença do agravante foi precedida de procedimento específico, no qual lhe foi concedida oportunidade para arrolar testemunhas e apresentar razões de defesa. Cumprimento das exigências constitucionais. 4. Agravo regimental improvido (RE 424808 AgR / SC, Rel. Min. ELLEN GRACIE, Órgão Julgador: Segunda Turma, DJ 18/10/2005).

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR NÃO ESTÁVEL. LICENCIAMENTO. SINDICÂNCIA SUMÁRIA. LEGALIDADE. 1. A Constituição da República assegura aos servidores estáveis que a perda de seus cargos somente poderá se processar mediante processo administrativo disciplinar, oportunizada a ampla defesa. 2. É firme o constructo doutrinário-jurisprudencial no sentido de que, mesmo a servidor ainda não acobertado pelo manto da estabilidade, deve ser assegurada a ampla defesa, bastando, para tanto, a sindicância. 3. No âmbito da Polícia Militar de Pernambuco, a



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL



033

estabilidade dos praças é alcançada aos dez anos de efetivo exercício (artigo 49, inciso IV, alínea "a", da Lei nº 6.783/74). 4. Não sendo estáveis, desnecessária a instauração de processo administrativo disciplinar para o licenciamento dos militares, bastando a sindicância, desde que assegurada a ampla defesa. 5. Recurso improvido. (RMS 11340 / PE, 6ª Turma, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJU de 02.02.2004).

Neste particular, entendo oportuno ressaltar que, a meu ver, as garantias de ampla defesa e contraditório transcendem o próprio advento da Constituição Federal de 1988, de forma que mesmo em relação aos atos de licenciamento praticados anteriormente à sua vigência devem ser observados os aludidos institutos, quedando irrelevante o fato da legislação estadual de regência não assegurá-los aos militares não-estáveis.

Corroborando o entendimento acima exposto, a Súmula nº 20 do STF, aprovada na Sessão Plenária de 13/12/1963, que assevera ser "*necessário processo administrativo com ampla defesa, para demissão de funcionário admitido por concurso*".

No caso em apreço, a despeito da discussão acerca do cabimento ou não de contraditório e ampla defesa em relação aos atos praticados na vigência de constituições pretéritas, verifico que o apelado teve pleno conhecimento das acusações que lhe estavam sendo imputadas, bem como das infrações cometidas (fls. 17/18) que resultou em seu licenciamento, haja vista o fato do mesmo ter somado 89 (oitenta e nove) dias de punições disciplinares por faltar com a disciplina, como demonstra o termo de declaração de fls. 140, sendo certo que poderia ter apresentado defesa e não o fez.

Outrossim, observo que o mencionado direito de defesa também poderia ter sido exercido em sua plenitude através da interposição de recurso administrativo em face da decisão de licenciamento, nos moldes do art. 50 da Lei nº 6.783/74, sendo que o apelado em momento algum procurou exercê-lo, o que torna impraticável a arguição de cerceamento de defesa neste momento.

No mais, cabe evidenciar que, em verdade, o indigitado licenciamento se materializou pelo conjunto das transgressões funcionais praticadas pelo apelante as quais não mais recomendaram a permanência do mesmo nas hostes da PMPE.

Neste ínterim, destaque-se que, consoante documento acostado às fls. 17, o recorrente encontrava-se classificado no Comportamento "MAU", constando em sua ficha disciplinar 02 (duas)

01 - ApC nº 0109547-6

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL



034

repreensões, 04 (quatro) detenções e 03 (três) prisões, sendo a última de 30 (trinta) dias com 02 (dois) dias em separado, perfazendo um total de 89 (oitenta e nove) dias de sanções disciplinares aplicadas por motivos diversos, o que se mostra suficiente para comprovar o antagonismo de sua presença com os padrões disciplinares da Corporação.

Destarte, tendo em vista que a exclusão do apelado resultou de uma avaliação global da sua conduta, bem como que o questionado ato de licenciamento fora praticado sob os auspícios da legislação de regência e em observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório, dúvida não há da impossibilidade de se submeter a questão ao crivo do judiciário, haja vista o disposto no art. 2º, da CF/88.

Neste sentido, a jurisprudência desta Corte de Justiça:

APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. POLICIAL MILITAR NÃO ESTÁVEL. LICENCIAMENTO EX OFFICIO. LEGALIDADE. 1. É sólido o entendimento perante o Supremo Tribunal Federal no sentido de ser admissível procedimento administrativo sem maiores rigores formais em caso de exclusão de policial militar não estável. 2. O cometimento de transgressões que afetem o sentimento de dever, a honra pessoal, o pudor militar, o decoro da classe, bem como a incidência no 'comportamento mau', verificada a 'impossibilidade de melhoria', autorizam o licenciamento ex officio, a bem da disciplina, de militar com menos de dez anos de serviço ativo. 3. A oportunidade de defesa dá-se nos termos do art. 50 da Lei Estadual nº 6.783/74. 4. Ato de licenciamento suficientemente motivado, não padecendo de vício de nulidade. 4. Reexame necessário provido, prejudicado o apelo voluntário (AC 28407-7, Rel. Des. Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, 8ª Câmara Cível, DJ 30/4/2009).

Feitas estas considerações, voto pelo improvimento do apelo, mantendo-se a sentença vergastada em todos os seus termos, para considerar incólume o ato de licenciamento do ora apelante.

É como voto.

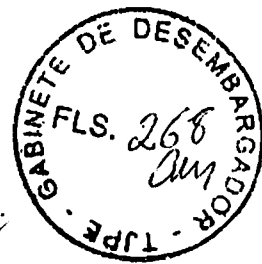
Recife, 10 de dezembro de 2009.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Gabinete Desembargador Ricardo Passos Barros



Apelação cível nº 109547-6 - Comarca do Recife

Apelante: Silvio Ronaldo Pereira de Barros.

Apelado: Estado de Pernambuco.

VOTO DE REVISÃO

Cuida-se de apelação cível em face de decisão que julgou improcedente o pleito autoral, reconhecendo a validade do ato de licenciamento do ora apelante, mantendo incólume o ato que o excluiu das fileiras da polícia militar do Estado de Pernambuco.

VOTO DA PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO

Primeiramente, rejeito a preliminar de prescrição, uma vez que o ato de licenciamento foi publicado em 25 de março de 1993 (fls. 17), tendo o processo sido distribuído em 23 de março de 1998, portando, dentro dos cinco anos que dispõe a parte para exercer seu direito de ação em face da Fazenda Pública.

VOTO DE MÉRITO

Consta dos autos que o apelante ingressou nos quadros da Polícia Militar do Estado de Pernambuco em 17 de dezembro de 1986, tendo sido licenciado de ofício, a bem da disciplina, através de Boletim Geral da Corporação Castrense, fls. 17, em 25 de março de 1993, quando contava com apenas 6 (seis) anos de atividade, não gozando ainda da estabilidade, assegurada através do art. 49, IV, a, da Lei nº 6.783/74.

Nesse sentido, observo que, da leitura da legislação de regência, bem como da análise da jurisprudência sedimentada nesta Corte Local de Justiça, pode-se constatar que o ato de licenciamento de ofício de militares não estáveis deve constituir-se em sindicância sumária simplificada, concentrada na análise das fichas funcionais dos servidores, conforme ocorrido na hipótese ora analisada.

Verifico ainda que o ora apelado teve pleno conhecimento das acusações que lhe foram imputadas, bem como das infrações cometidas, que resultaram em 89 (oitenta e nove) dias de punições disciplinares, conforme fls. 17/18, o que demonstra que houve oportunidade para que o mesmo apresentasse defesa.

Ademais, poderia o acusado, nos termos do ar. 50, da Lei nº 6.783/74, ter exercido o seu direito de defesa através da interposição de recurso administrativo, o que apenas confirma a ausência do alegado cerceamento do direito de defesa na espécie.



036
CABINETE DE DESEMBARGADOR
FLS. 269
Deita feita, concluo que o ato de licenciamento de ofício do apelado deve ser considerado legítimo, uma vez que resultou do comportamento global apresentado pelo agente público, tendo sido observada a legislação de regência em todos os seus termos, motivo pelo qual torna-se descabida a ingerência do Poder Judiciário no mérito do referido ato administrativo, conforme preleciona aresto bastante elucidativo, proferido por esta Corte Local de Justiça, vejamos:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR. EXCLUSÃO DAS FILEIRAS DA POLÍCIA MILITAR. LICENCIAMENTO EX OFFICIO A BEM DA DISCIPLINA. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO LEGALMENTE INSTAURADO. RESPEITADOS O CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA. PUBLICIDADE DO ATO. EXCLUSÃO POR ATITUDES INCOMPATÍVEIS COM PUNDONOR POLICIAL-MILITAR. RECURSO DE AGRAVO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO DE FORMA UNÂNIME. MANTIDA A DECISÃO RECORRIDA. 1. Do procedimento administrativo instaurado em consonância com os termos da legislação pertinente, bem como com os ditames constitucionais, sobretudo aqueles referentes ao contraditório e à ampla defesa, pode resultar punições disciplinares, inclusive a exclusão dos integrantes da Polícia Militar. 2. O policial militar que pratica condutas incompatíveis com o cargo que ocupa, indo de encontro aos padrões de disciplinares exigidos pela corporação, deve ser submetido a procedimento administrativo e, caso comprovadas as irregularidades, excluído da caserna. 3. Recurso a que se nega provimento de forma unânime. Mantida a decisão terminativa (RA 173261-8/01, 7CC, Rel. Des. Fernando Cerqueira, julgado em 31/03/2009).

Em face de todo exposto, voto pelo improvimento do apelo, devendo a sentença vergastada ser mantida em todos os seus termos, considerando incólume o ato de licenciamento do ora apelante.

É como voto.

Recife, 10 de dezembro de 2009

Des. Ricardo Paes Barreto
Revisor



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

037



MÉRITO

DESEMBARGADOR FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO

Acompanho a Turma.

DECISÃO

"NO MÉRITO, TAMBÉM À UNANIMIDADE, IMPROVEU-SE O APELO".

Handwritten signature